

**Análise do arranjo institucional e
discursivo dos movimentos RenovaBR e
MBL: reflexos no período eleitoral de
2018**

*Analysis of the institutional and discursive arrangement
of the RenovaBR and MBL movements: effects in the
2018 electoral period*

ISABELA BICHARA DE SOUZA NEVES

RESUMO

O presente trabalho busca compreender o funcionamento dos novos movimentos políticos, focalizando em especial o RenovaBR e o Movimento Brasil Livre (MBL). Os movimentos em análise trazem como escopo principal a discussão sobre a renovação dos líderes políticos dentro da seara pública e a possibilidade de gerar mudanças dentro do Estado. Os dois movimentos exortam a possibilidade de modificações de todo o aparato legislativo e põem em contradição a rotulação entre a velha e nova política brasileira, trazendo questionamentos sobre a representatividade política através da dinâmica partidária e sua efetividade democrática. Ambos os movimentos políticos surgiram num cenário de instabilidade política e de grande mobilização social em reivindicações em prol de mudanças políticas por diferentes camadas da sociedade brasileira. A análise dos objetivos, estratégias e formas de atuação desses movimentos no período eleitoral de 2018, bem como do desempenho na disputa por acesso ao campo político, é primordial para entender a relevância desses movimentos na disputa eleitoral e como eles se relacionam com as agremiações partidárias.

Palavras-chave: Movimentos políticos; Disputa eleitoral; Representatividade política.

ABSTRACT

This paper seeks to understand the functioning of the new political movements, focusing in particular RenovaBR and Movimento Brasil Livre (MBL). The movements under analysis bring as their main scope the discussion about the renewal of political leaders within the public sphere and the possibility of bringing changes within the State. The two movements urge the possibility of modifications to the entire legislative apparatus and contradict the labeling between the old and new Brazilian politics, raising questions about political representativeness through partisan dynamics and their democratic effectiveness. Both political movements emerged in a scenario of political instability and great social mobilization in demands for political changes by different layers of Brazilian society. The analysis of the objectives, strategies and forms of action of these movements in the electoral period of 2018, as well as of the performance in the dispute for access to the political field, is essential to understand the relevance of these movements in the electoral dispute and how they relate to the political parties.

Key words: Political movements; Electoral dispute; Political representation.

INTRODUÇÃO

O artigo buscará trazer à discussão aspectos concernentes à origem e ao desenrolar da atuação dos movimentos sociais no cenário político, realizando-se uma interligação do desempenho eleitoral de 2018 dos integrantes do RenovaBR e do Movimento Brasil Livre (MBL) com o argumento basilar para o desenvolvimento de movimentos suprapartidários, qual seja, a alegada agudização da crise da democracia representativa exercida de forma monopolista pelos partidos políticos (MOHALLEM,2018).

Em face da dificuldade de literatura específica sobre esse tipo de movimentos suprapartidários no Brasil, o presente texto não poderá esgotar todas as peculiaridades

envoltas ao funcionamento desses movimentos, porém poderá oferecer ao leitor questionamentos e informações sobre como ocorre a atividade destas organizações junto à sociedade durante esse curto lapso de tempo desde sua criação até a presente data. Além desse aspecto, conhecer os limites de influência desses movimentos em períodos eleitorais e como eles mantêm diálogo com os partidos políticos torna-se fundamental para testar o próprio discurso retórico desses movimentos sobre a renovação política.

Ademais, um dos objetivos deste trabalho é conduzir uma análise sobre o que essas instituições dizem de si e como interagem com a massa eleitoral. Qual é o discurso apresentado pelos movimentos suprapartidários para cooptar suas lideranças políticas? Quais são os fundamentos que sustentam a bandeira da renovação política por esses movimentos? Enfim, algumas questões poderão ser respondidas pelo que já temos a nossa disposição, seja na observação das interações do movimento RenovaBr e MBL em suas redes sociais, seja em apresentações formalizadas em sítios eletrônicos oficiais. Outras somente poderão ser respondidas com o desenrolar do jogo político dentro e fora dos períodos eleitorais.

No entanto, esses questionamentos fazem com que indaguemos as ideologias, as metas e as finalidades táticas e institucionais por trás da enunciação do completo rompimento institucional com os partidos políticos e a presunção de uma transformação da representação política pela edificação de novas lideranças. Tentaremos, nesse artigo, sintetizar e descrever aspectos de ação política dos referidos movimentos e quais são os seus reflexos para o pós-eleição de 2018.

1. SURGIMENTO DE MOVIMENTOS SOCIAIS “APARTIDÁRIOS”: EFEITO PÓS-MANIFESTAÇÕES DE 2013 E DO IMPEACHMENT DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF?

Ao analisarmos manifestações populares no Brasil, temos que fixar alguns marcos históricos de manifestações pós-redemocratização para entendermos como se dá o espírito de reivindicação social dos cidadãos brasileiros. Um dos exemplos mais simbólicos da efetivação do projeto de redemocratização no Brasil foi o movimento estudantil denominado “Caras pintadas” que surgiu como epicentro do processo de impeachment do então presidente Collor. No começo da década de 1990, o então presidente Fernando Collor de Mello – o primeiro eleito democraticamente após o golpe civil-militar de 1964 – foi alvo de investigações políticas relacionadas a um esquema de corrupção que em conjunto com a agudização da existente crise econômica acabou gerando sua deposição pelo Congresso Nacional, mesmo havendo pedido de renúncia presidencial.

Essa manifestação foi emblemática por demonstrar ao cidadão que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 concedeu o seu direito de ocupar um espaço público para o exercício pleno de sua cidadania. As garantias constitucionais que resguardavam a liberdade de expressão estavam postas à disposição dos seus endossatários e, caso houvesse necessidade de pleitear o seu descontentamento com a nova ordem política, a Carta Magna lhe concedida a oportunidade de reivindicar de diversas formas, tanto burocráticas quanto nas ruas. Esse sentimento de pertencimento à coisa pública e ao ambiente político serviu também de espelho para a condução das manifestações que vieram a ocorrer anos mais tarde.

Outro marco importante são as chamadas manifestações de junho de 2013 e os protestos posteriores, que representavam agendas políticas multifacetadas e tinham participação de indivíduos de estratos sociais diversificados. As manifestações de junho de 2013 ocorreram em mais de 100 cidades brasileiras e foram impulsionadas primordialmente por um elemento social extremamente urbano na cidade de São Paulo capitaneado pelo Movimento Passe Livre (MPL), cujo objetivo era trazer aos olhos do Estado a insatisfação dos cidadãos com relação aos problemas locais da cidade (MARICATO, 2013).

A inconformação da população dos grandes centros urbanos em relação à tarifação de transporte público que, por conta de seu aumento excessivo, impedia o livre deslocamento da população pela cidade, especialmente onerando o bolso daqueles que faziam trajetos longos pelo largo urbano, foi o motivo do estopim para uma série de rebeliões promovidas em sua maioria por jovens que se mobilizavam em redes sociais. Portanto, era a primeira vez desde o impeachment do presidente Collor que a população brasileira, que já experimentava a perda do poder aquisitivo por conta da desaceleração da economia e estava insatisfeita com os casos de corrupção nas esferas públicas amplamente massificados pela mídia, resolveu desempenhar o seu direito à ocupação da cidade (SECCO, 2013).

Naquela ocasião se vislumbrou um levante popular bem diversificado tanto em sua composição social quanto em suas pautas, que abrangiam desde a desconfiança com os representantes políticos até questões relacionadas às políticas públicas, como, por exemplo, a ausência de saneamento básico, ineficiência dos serviços de saúde e educação pública. Já em 2014, o Movimento Brasil Livre (MBL) emergiu no cenário social angariando parcela da população que fora às ruas nas Jornadas de 2013 e aquelas que compartilhavam as insatisfações sociais através do uso expansivo dos meios tecnológicos para propagação de um discurso de linguagem simples e fácil sobre a visão do movimento em relação às causas da crise econômica e social do país.

As eleições de 2014 trouxeram importantes lições para o cenário político brasileiro, uma vez que a reeleição acirrada de Dilma Rousseff (PT) contra o candidato Aécio Neves (PSDB) trouxe elementos eleitorais reflexivos sobre a disputa polarizada, sendo possível demonstrar que o governo petista conseguiu agregar à determinação de votos dos eleitores brasileiros duas variáveis essenciais para sua vitória nas urnas, levando-se em conta o rendimento positivo dos governos anteriores da legenda: a preferência partidária e o voto retrospectivo (AMARAL, 2015).

Contudo, após o processo eleitoral de 2014, o governo da presidente Dilma Rousseff começou a desmoronar vertiginosamente ante os embates de cunho político e a convergência de interesses esculpidos na sociabilidade capitalista entre a política, o sistema jurídico e as pressões do mercado neoliberal financeirizado (MASCARO, 2018), sendo seu ápice a instalação de um processo de impeachment em razão das famosas “pedaladas fiscais”¹, que poderiam ensejar o crime de responsabilidade fiscal pela presidente. As manifestações referentes ao impeachment foram orquestradas por grupos e organizações sociais de direita acompanhados por apoio maciço de uma grande massa da classe média que teve como objetivo pressionar as instituições políticas para a retirada da presidente petista do poder, inclusive clamando pelo retorno da ditadura militar.

O Movimento Brasil Livre (MBL) — que, antes de se institucionalizar, já tinha participado do prelúdio dos protestos de junho de 2013, sugerindo pautas de políticas econômicas neoliberais e alimentando suspeitas contra o modelo de políticas públicas redistributivas engendradas pelos governos petistas — acabou sendo a cabeça das manifestações em prol do impeachment de Dilma Rousseff. Nessa empreitada teve ainda apoio de líderes de fundações internacionais como a Atlas Network e o Students for Liberty (SFL), os quais propugnam a expansão de posições liberais pela rede mundial por meio de programas educacionais entre setores estudantis e em universidades (AMARAL, 2016).

O RenovaBR, diferentemente do MBL, foi um movimento criado em 2017, ou seja, a sua institucionalização aconteceu posteriormente às manifestações mencionadas e ao impeachment da presidente Dilma Rousseff, tendo, assim, amplo conhecimento das variáveis e de questões problemáticas envolvidas no processo.

¹ Em linhas gerais, trata-se de débitos contraídos pelo governo federal junto a bancos públicos. Para uma apreciação da controvérsia em torno do tema, ver Azevedo (2016).

2. ARRANJO INSTITUCIONAL DOS MOVIMENTOS POLÍTICOS MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL) E RENOVABR: ELEIÇÕES DE 2018 E RENOVAÇÃO POLÍTICA

De acordo com a explicação histórica de Gohn (2017), o Movimento Brasil Livre (MBL) teve suas fundações fincadas dentro do movimento Estudantes pela Liberdade (EPL), o qual adotava as bases ideológicas de mercado livre e sem interferências do Estado (liberalismo econômico) com grande apreço a questões ligadas à moral e aos costumes da sociedade em que se encontra inserido. A ineficiência da economia, a corrupção generalizada e as mazelas sociais da sociedade brasileira seriam fatores resultantes das políticas econômicas e sociais adotadas pelos governos esquerdistas que estavam no poder.

O Movimento Brasil Livre (MBL) apresentava-se inicialmente para a sociedade brasileira como movimento apartidário que buscava trazer oposição às forças de esquerda que estavam no poder. Barbosa (2017), ao tratar do ativismo político promovido pelo MBL e pelo Estudantes pela Liberdade (EPL), apresenta-os como movimento sociais regressivos, que se dispõem a figurar perante a sociedade como formadores de opinião e influenciadores dos resultados eletivos em prol de candidatos que privilegiam pautas políticas de caráter liberal e conservador, apresentando-se como libertários. De acordo com o autor, a atuação dessas organizações, baseada na expressão inglesa *think-thank*, é uma iniciativa encontrada pelo mercado neoliberal para se apropriar do conceito de mobilização de determinados grupos sociais com o interesse de propagar ideias liberais e de suporte para lideranças de direita em países latino-americanos.

Em seu estudo sobre instituições e movimentos de difusão ideológica liberal, Casimiro (2016) considera o Movimento Brasil Livre como um aparelho privado de hegemonia de ação doutrinária neoliberal que despontou no quesito de recrutamento de jovens universitários brasileiros com o objetivo de conquistar espaço no meio acadêmico e acessar uma parcela de liderança para nova direita. O mencionado autor explica, ainda, que o MBL, assim como o Estudantes pela Liberdade e outros movimentos, é financiado e patrocinado, direta ou indiretamente, por organizações internacionais que em conjunto com a burguesia brasileira tentam promover uma reconfiguração do Estado nos moldes neoliberais.

Esse suporte discursivo apoiado em fundamentação amplamente liberal de mercado e atingido por um conservadorismo moralizador da sociedade tornou possível a articulação entre essas organizações e um grande contingente de cidadãos brasileiros durante as

manifestações do impeachment da então presidente Dilma Rousseff. A bandeira do antipetismo se tornou um aliado para que o Movimento Brasil Livre conquistasse o ápice do diálogo persuasivo para aqueles que se sentiram prejudicados com as falhas da política neodesenvolvimentista dos governos petistas e a massa de descontentes da classe média brasileira (BOITO JÚNIOR, 2016).

O RenovaBr foi criado em outubro de 2017 como movimento instrumentalizador de uma nova roupagem da liderança política, abraçando a realização de um projeto profissionalizante do cidadão que tenha interesse em ingressar no campo político sob um viés mais acadêmico e focado na gestão pública. O movimento RenovaBR, embora se apresente como uma instituição que abraça múltiplos grupos sociais sem amarras ideológicas, possui uma forma rigorosa de atrair suas lideranças políticas através de processo seletivo que promove uma análise de perfil do candidato com vistas a checar o seu grau de inteligibilidade, da ética e de posicionamento político, e tudo isso com objetivo de garantir o máximo de “neutralidade ideológica”².

Ademais, é bom pontuar que a atuação do Movimento Brasil Livre (MBL), como representação principal de um determinado grupo social que compactua com os princípios neoconservadores e a propositura clássica do liberalismo econômico, teve que adotar rigor mais partidário nas eleições de 2018. Fato é que, em princípio, esse movimento propugnava uma isenção partidária em seus pleitos pela renovação política, o que, como seria de se esperar, não foi possível manter quando da instauração da disputa eleitoral. A necessidade de se aliar a uma legenda partidária era o caminho mais natural caso o MBL tivesse a pretensão de ganhar espaço político junto ao Congresso Nacional e de influenciar o Executivo.³

Da mesma forma, o movimento RenovaBR também teve que se curvar à contradição entre apoiar seus integrantes numa filiação a um partido político e o seu ideal de liderança apartidária com neutralidade ideológica, o qual pode ser questionado como retórica falha diante do monopólio da representatividade política-eleitoral dos partidos políticos. Aliás, a

² Informações sobre o processo seletivo e a forma de seleção promovida pelo RenovaBR podem ser averiguadas no próprio sítio eletrônico da entidade. Disponível em <https://www.renovabr.org/o-que-fazemos/>. Acesso em 10 de julho de 2019.

³ O caráter apartidário do MBL começou a ser questionado por diversos adeptos do movimento, principalmente em decorrência da visão distorcida da população em relação ao papel dos partidos políticos dentro da democracia representativa. Toledo (2016) mostra a reação dos apoiadores frente à proximidade do MBL com partidos políticos pós-impeachment da então presidente Dilma Rousseff, contrariando o seu discurso inicial de movimento que luta contra a “velha política” perpetrada pelas agremiações partidárias.

escolha de uma agremiação partidária é o primeiro passo para que os seus integrantes façam parte da disputa eleitoral. O objetivo de renovar a política brasileira parece envolver inexoravelmente a atuação dos partidos políticos, sendo impossível manter um desligamento proposital entre o movimento político e as agremiações partidárias.

Nas eleições que ocorreram no ano de 2018, ambos os movimentos suprapartidários conquistaram espaço de sucesso no processo eleitoral, obtendo êxito nas disputas tanto em âmbito estadual quanto federal. O RenovaBR teve ótimo desempenho nas eleições, tendo inclusive conseguido emplacar candidatos que já foram bolsistas de cursos financiados pelo projeto de profissionalização de integrantes do próprio movimento, quais sejam: uma vaga para o Senado com o Alessandro Vieira (Rede/SE), nove deputados federais com a Tábata Amaral (PDT-SP), Felipe Rigoni (PSB- ES), Vinicius Poit (Novo/SP), Tiago Mitraud (Novo/MG), Lucas Gonzalez (Novo/MG), Marcelo Calero (PPS/RJ), Luiz Lima (PSL/RJ), Joênia Wapichana (Rede/RR) e Paulo Ganime (Novo/RJ) e sete deputados estaduais com Daniel José (Novo/SP), Marina Helou (Rede/SP), Davi Maia (DEM/AL), Fábio Ostermann (Novo/RS), Heni Ozi Cukier (Novo/SP), Ricardo Mellão (Novo/SP) e Renan Ferreirinha (PSB/RJ).

Importante salientar que o RenovaBR conquistou muita visibilidade no cenário político por eleger a primeira deputada indígena do Brasil, a advogada Joênia Wapichana, que inclusive foi uma das primeiras lideranças aceitas pelo movimento social para participar do programa de formação de especialistas em política, concedendo-se bolsas de estudos para universidades brasileiras e no exterior. Na mesma linha, a deputada federal Tábata Amaral que, a despeito de ser bem jovem em relação aos demais congressistas, conquistou forte visibilidade (ROSSI, 2019).

O Movimento Brasil Livre, que desde sua formação vem se esforçando para obter espaços nas disputas eleitorais em todos graus federativos, conquistou nas eleições de 2018 vagas na Câmara do Deputados com o integrante Kim Kataguirí (DEM/SP), um dos seus principais dirigentes e influenciador de opinião pública em redes sociais, bem como Paulo Eduardo Martins (PSC/PR) e Jerônimo Goegen (PP/RS). Embora o resultado eleitoral do MBL seja mais modesto em relação ao desempenho em âmbito nacional obtido pelo RenovaBR, o Movimento Brasil Livre teve grande influência no direcionamento de votos no segundo turno para a chapa de Jair Bolsonaro (PSL) contra o candidato do Partido do Trabalhadores Fernando Haddad, apoiando, assim, a pauta da dita ultradireita e de cunho conservador (BETIM, 2018).

Apesar de qualquer divergência política existente entre o MBL e os apoiadores do então candidato a presidente Jair Bolsonaro, o Movimento teve papel especial nas campanhas presidenciais, tendo em vista que ambos tinham um “inimigo” em comum, o Partido dos Trabalhadores (PT). O próprio líder do movimento, Kim Kataguiri, recém-eleito como deputado federal, se pronunciou em entrevista sobre o seu voto ao candidato Jair Bolsonaro no segundo turno eleitoral, aduzindo que seria meramente um voto útil, em vista da necessidade do afastamento de qualquer integrante do PT para manutenção democrática (BOLSON, 2018).

O ostracismo dado aos partidos políticos como importante mecanismo político democrático dificulta a própria noção de renovação política. A identificação por uma legenda para fins de filiação pelo integrante do movimento político deve ser compatível com os programas e as pautas políticas levantadas pelo RenovaBR e pelo MBL. É quase cognitiva a realização de um filtro do caráter ideológico que o integrante do movimento social promoverá perante os 35 partidos políticos atuantes antes de escolher a sua preferência por um deles.

Aliás, a construção de pautas políticas pelas lideranças do RenovaBR e do MBL ao se filiarem ao partido político terá que se coadunar aos interesses partidários, uma vez que são essas instituições que regerão a relação entre eleitor e campo político e/ou bancada congressual e jogo político. Caso não haja o harmônico diálogo entre a liderança política do movimento e o partido político, provavelmente a ação política estará prejudicada de tal forma que poderá ocasionar rompimentos institucionais que intensificarão ainda mais a crise de representação.

A ideia propagada na sociedade sobre o papel medíocre dos partidos políticos e a falta de articulação de representantes políticos nas cúpulas decisórias torna-se o fundamento central para despolitização da população e deslegitimação do processo democrático, perpetuando os interesses e dominação de uma minoria econômica (BERTEN, 2017). Apesar das falhas existentes no sistema político no Brasil, a Constituição Federal de 1988 concedeu aos representantes políticos a possibilidade de abertura para mecanismos efetivos de participação popular no processo decisório, tais como plebiscitos e referendos. Esses meios de inserção da população no processo de políticas públicas e no estabelecimento de pautas sociais visam diminuir as lacunas da democracia representativa e a tornam mais legítima e responsiva aos anseios populares.

Portanto, a função e a relevância do papel das agremiações partidárias não devem ser relativizadas com o aparecimento de movimentos considerados suprapartidários

(MOHALLEM, 2018). Não há como reduzir a democracia representativa a uma mentalidade simplista de que a falta de crescimento econômico e a paralisação dos avanços sociais sejam resultados lógicos da instrumentalização de um ideal imoral de meios corruptivos empenhados pelos partidos políticos e seus integrantes. O desprezo às instituições democráticas já constituídas pode dar brecha a um arcabouço de práticas autoritárias dentro e fora da esfera pública, fortalecendo vias para o retrocesso social (ROLNIK, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos analisados acima demonstram uma necessidade de abriremos mais portas para uma efetiva participação popular dentro do campo político, agregando-se elementos constitutivos da democracia representativa e de liberdade política na concretização da cidadania, com o intuito de tentarmos atingir uma sociedade mais igualitária e que possibilite que as decisões públicas não sejam vistas como algo intangível pelo cidadão comum.

Embora esses movimentos políticos tragam consigo uma visão de afastamento institucional em relação às bases partidárias já existente no cenário político-social e se utilizem de um discurso de inovação em relação aos mecanismos de maior transparência política, responsividade burocrática e de acesso dos cidadãos às instâncias de decisões políticas, não há como dissociar a sua finalidade institucional (que é de formatação de lideranças) com a própria atividade partidária para disputa ao jogo político. Pode-se supor que as chances de êxito dessas organizações em sua pretensão de realizar a renovação política sejam proporcionais ao estabelecimento do diálogo entre todas as instituições democráticas, realizando-se uma observação profunda das falhas do sistema eleitoral, partidário e político com vistas a uma reformulação global de todo aparato social.

Aliás, as formas de abordagem desses movimentos em relação à captação de lideranças políticas não é algo novo dentro do cenário político. Na verdade, essas organizações conseguiram agregar maior êxito no quesito de controle social por meio das redes sociais, ampliando significativamente seu espectro de influência discursiva e ideológica sobre os cidadãos. Contudo, os partidos políticos apresentam estruturas capazes de efetuar as mesmas pretensões estratégicas que estes movimentos políticos, como, por exemplo, a capilarização das fundações partidárias e dos núcleos de base que funcionam como mecanismos de promoção de engajamento e da formação política.

Portanto, há imensa coerência na análise de MOHALLEM (2018) sobre a dualidade entre as instituições partidárias e os movimentos suprapartidários, já que a resolução das ambiguidades desses movimentos sociais em relação à interação de seus objetivos institucionais e a imagem dos partidos políticos só poderá ser vislumbrada pelo desempenho eleitoral de seus líderes políticos atuando em nome dessas organizações, ou seja, somente pode ser resolvido se esses movimentos resolverem se tornar legendas autônomas ou começarem a ver as agremiações partidárias como aliadas na busca pela renovação política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Oswaldo E. do; RIBEIRO, Pedro Floriano. (2015). Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014. *Rev. Sociol. Polit.*, v. 23, n. 56, p. 107-123, dez. 2015. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v23n56/0104-4478-rsocp-23-56-0107.pdf>>

AMARAL, Marina. (2016). Jabuti não sobe em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment. In: *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. Ed. Boitempo, São Paulo.

AZEVEDO, Livia Dias de. (2016). Pedaladas fiscais: discursos do jornal O Estado de São Paulo. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, n. 12, jul/dez.2016. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/1091/1076>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. (2017). Movimento Brasil Livre (MBL) e “Estudantes Pela Liberdade (EPL)”: Ativismo Político, Think Tanks e Protestos da Direita no Brasil Contemporâneo. 41º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu, MG. Disponível em <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs/gt-30/gt11-15/11078-movimento-brasil-livre-mbl-e-estudantes-pela-liberdade-epl-ativismo-politico-think-tanks-e-protestos-da-direita-no-brasil-contemporaneo/file>>

BERTEN, André. (2017). Despolitização, Desmotivação, Legitimidade. *LOGEION: Filosofia da informação*, Rio de Janeiro, v. 3 n. 2, p. 34-56, mar./ago.

BETIM, Felipe. (2018). A segunda metamorfose do MBL para seguir influente no Brasil de Bolsonaro. *Revista eletrônica El país*. São Paulo. Disponível em < https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/03/politica/1543850784_783436.html>

BOITO Jr., Armando. (2016). A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. In: *Crítica Marxista*, n.42, p.155-162.

BOLSON, Bibiana. (2018). Eleito deputado federal, Kim Kataguirí declara "voto útil" em Bolsonaro. *Revista eletrônica da UOL*. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/07/eleito-deputado-federal-kim-kataguiri-declara-voto-util-em-bolsonaro.htm?cmpid=copiaecola>>

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. (2016). *A Nova Direita no Brasil: aparelhos de ação política ideológica e a atualização das estratégias de dominação burguesa (1980 – 2014)*. Universidade Federal Fluminense Niterói, RJ.

GOHN, Maria da Glória. (2017). Manifestações e protestos no Brasil: Correntes e contracorrentes na atualidade. Editora Cortez.

MARICATO, Ermínia. (2013). É a questão urbana, estúpido!. In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as Ruas do Brasil. São Paulo. Editora Boitempo.

MASCARO, Alysso Leandro. (2018). Crise e Golpe. Editora Boitempo, São Paulo.

MOHALLEM, Michael Freitas. (2018). Das Redes às Urnas: o Avanço dos Novos Movimentos Suprapartidários. Interesse nacional. Ano 10, Número 40. ISSN 1982-8497.

ROLNIK, Raquel. (2013). As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as Ruas do Brasil. São Paulo. Editora Boitempo.

ROSSI, Marina. (2019). A jovem deputada que jogou contra as cordas o ministro da Educação e sua “lista de desejos”. Revista Eletrônica El país. 29 mar. 2019. Disponível em < https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/28/politica/1553801628_869241.html > Acesso em 10 de julho de 2019.

SECCO, Lincoln. (2013) As jornadas de junho. In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as Ruas do Brasil. São Paulo. Editora Boitempo.

TOLEDO, Francisco. (2016). Como o MBL passou de um “grupo apartidário” para quase um partido político. e-Democratize – Jornalismo pela democracia. 11. set. 2016. Disponível em: <https://medium.com/democratize-m%C3%ADdia/como-o-mbl-passou-de-um-grupo-apartid%C3%A1rio-para-quase-um-partido-pol%C3%ADtico-f65814d2fa71>. Acesso em 10 de julho de 2019..

Isabela Bichara de Souza Neves

Mestranda em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf).